



CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

## **EDITAL**

### **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2014 PROCESSO Nº 238/2014 TIPO: “MENOR PREÇO UNITÁRIO”**

- Anexo I* - *Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.*  
*Anexo II* - *Modelo de credenciamento.*  
*Anexo III* - *Modelo de declaração de que a empresa se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho que faz parte integrante do Edital.*  
*Anexo IV* - *Memorial descritivo.*  
*Anexo V* - *Termo de Referência*

O Conselho Federal de Odontologia - CFO por intermédio do pregoeiro designado pela Portaria CFO SEC nº 57, de 29 de junho de 2010, da Diretoria do Conselho Federal de Odontologia, torna público que será realizado o certame licitatório em epígrafe, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço unitário, o qual observará os preceitos de direito público e, em especial, as disposições da Lei nº. 10.520, de 17.07.2002, do Decreto nº. 3.555, de 08.08.2000, da Lei Complementar nº. 123, de 14.12.2006, e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, sendo em tudo regida pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus respectivos anexos.

#### **1 - OBJETO**

- 1.1. Constitui o objeto do presente projeto base à contratação de empresa especializada em prestação de serviços para a emissão de Cartão de Identificação, incluindo o serviço de fornecimento e controle de produção de cartões em policarbonato e Protocolos de Entrega em papéis de segurança, sistema para captação e tráfego criptografado de dados biográficos e biométricos, processo de impressão laser dos dados variáveis dos profissionais de odontologia em conformidade com as quantidades e especificações contidas neste projeto, conforme Memorial Descritivo e Termo de Referência – Anexo IV e V.

#### **2 - LOCAL DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES “PROPOSTA COMERCIAL”, “DOCUMENTAÇÃO” E REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA**

- 2.1. Na sede do CFO, situada na Av. Nilo Peçanha, 50 - Conj. 2316 - Centro - Rio de Janeiro (RJ).  
DIA, HORA E LOCAL DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS

ENVELOPES “PROPOSTA COMERCIAL”, “DOCUMENTAÇÃO” E REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA.

- 2.2. Os envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” e “DOCUMENTAÇÃO” endereçados ao Conselho Federal Odontologia, deverão ser entregues no dia 28 de março de 2014, às 11:00 horas, conforme legislação em vigor, na sede do CFO, situada na Av. Nilo Peçanha, 50 - Conj. 2316 - Centro - Rio de Janeiro (RJ).
- 2.3. Na hipótese de não haver expediente, a realização da sessão pública, bem como o recebimento dos envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” e “DOCUMENTAÇÃO”, serão transferidos para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário anteriormente estabelecido.

### **3 - CREDENCIAMENTO**

- 3.1. O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.
- 3.2. A LICITANTE deverá apresentar-se através de seu Representante Legal para credenciamento junto ao Pregoeiro, devidamente munida de procuração, com firma reconhecida em cartório público, que o credencie a participar desta licitação, com poderes para participar da fase de lances e venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se, exibindo a Carteira de Identidade original ou outro documento oficial equivalente, com foto. Acompanhado do Credenciamento deverá o representante da licitante apresentar a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos da Licitação, conforme o ANEXO I deste edital.
- 3.3. O credenciamento far-se-á nos moldes do Anexo II do Edital, através de instrumento de procuração ou, ainda, por meio de documento que comprove poderes para assinar atas, manifestar o interesse na interposição de recurso ou não, apresentar documentos de habilitação e proposta de preço, assim como praticar expressamente todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante. O credenciamento deverá vir acompanhado de cópia autenticada do Contrato Social ou Estatuto da empresa, devidamente atualizado. Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa licitante, deverá apresentar cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 3.4. O credenciamento é condição obrigatória para a participação das licitantes nesta concorrência.
- 3.5. A LICITANTE deverá estar pessoalmente representada no ato do credenciamento e entrega da proposta, sob pena de não ser aceita a sua proposta

para o certame.

- 3.6. Cada credenciado somente poderá representar uma única LICITANTE, participante do certame.
- 3.7. Declarado encerrado o procedimento de credenciamento pelo Pregoeiro, não mais serão admitidas novas LICITANTES, dando-se início ao recebimento dos envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” e “DOCUMENTAÇÃO”.

#### **4 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO.**

- 4.1. Atenderem a todas as exigências deste Edital e de seus anexos, desde que estejam inscritas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, nos termos do § 1º, artigo 1º do Decreto Federal nº 3.722/2001.  
As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente Pregão, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer unidade cadastradora dos órgãos da Administração Pública, até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das propostas.
- 4.2. Somente serão considerados os documentos de habilitação e as propostas apresentadas pelas empresas isoladamente, isto é, não será admitida a formação de consórcio, ou qualquer tipo de agrupamento de empresas, para o fornecimento dos serviços objeto desta licitação.
- 4.3. Será vedada a participação de empresas nesta licitação quando:
  - a) Declaradas inidôneas por ato do Poder Público;
  - b) Estiverem sob processo de falência, recuperação judicial/extra judicial ou dissolução;
  - c) Estiverem impedidas de licitar e/ou contratar com a Administração Pública e quaisquer de seus órgãos descentralizados; e,
  - d) Enquadradas em alguma das disposições do artigo 9º, incisos I, II e III, da Lei nº 8.666/93.
- 4.4. As LICITANTES deverão apresentar a documentação e proposta de preço em 2 (dois) envelopes separados e indevassáveis, identificados obrigatoriamente na forma seguinte:

##### **ENVELOPE Nº 1 - “PROPOSTA DE PREÇOS”**

###### **Razão Social e CNPJ**

Pregão Presencial nº 001/2014

Processo nº 238/2014

##### **ENVELOPE Nº 2 - “DOCUMENTAÇÃO”**

###### **Razão Social e CNPJ**

Pregão Presencial nº 001/2014

Processo nº 238 /2014

## **5 - ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇO**

5.1. As LICITANTES deverão apresentar as propostas, redigidas de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado, bem como ser devidamente datadas e assinadas pelo(s) representante(s) legal(is), não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

5.2. Na proposta de preço deverá constar:

5.2.1. As propostas de preços deveram constar preços unitários líquidos para os materiais/objetos descritos no anexo IV (Modelo de Proposta Anexo IV). Nos valores deverão já estar deduzidos todos os impostos, taxas, encargos com salários e encargos sociais, fiscais, e comerciais, bem como quaisquer outras despesas referentes à perfeita execução do objeto deste Pregão.

Os valores deverão ser apresentados em moeda corrente nacional (R\$).

Designar a marca do produto, suas características, bem como não conter rasuras.

Não serão consideradas vantagens não previstas neste Edital, nem valores ou vantagens baseadas em ofertas das demais licitantes, valores unitários simbólicos, irrisórios ou de cotação zero.

As propostas deverão apresentar o menor preço por unidade.

5.2.2. Prazo de validade das propostas: 60 (sessenta) dias contados a partir da data fixada para entrega e abertura dos envelopes, sendo este prazo interrompido nos casos de recurso ou qualquer diligência que por ventura o pregoeiro julgue necessária realizar para o deslinde da presente licitação.

5.2.2.1. Na falta de indicação expressa do prazo de validade da proposta, este será considerado como de 60 (sessenta) dias.

5.2.3. Junto com a proposta a empresa licitante deverá apresentar Declaração, sob pena de desclassificação ou aplicação de penalidades previstas em Lei sob a comprovação de teor inverossímil, que não subcontratará ou terceirizará a produção e personalização de cartões de identificação e protocolos de segurança, assim como o desenvolvimento de sistema de tráfego de dados, nem cederá ou transferirá as obrigações assumidas conforme exigências deste instrumento, sendo a única responsável pelo fluxo de emissão dos Cartões de Identificação Funcional do CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA.

## **6 - ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTAÇÃO**

6.1. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso consistirá em:

6.1.1. Cédula de identidade;

6.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

6.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e,

6.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Os documentos relacionados nos subitens 6.1.1 a 6.1.5, não precisarão constar do “Envelope Documentação”, se tiverem sido apresentados para o credenciamento nesta Concorrência.

6.2. A documentação relativa à regularidade fiscal, conforme o caso, consistirá em:

6.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; e,

6.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.2.3.1. Fazenda Federal:

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos e à Dívida Ativa da União.

6.2.3.2. Fazenda Estadual:

a) Certidão Negativa de Débitos do Cadastro Estadual de Contribuintes do ICMS da sede ou domicílio da licitante.

b) Certidão Negativa no Cadastro de Débitos Inscritos em

Dívida Ativa da Procuradoria do Estado da sede ou domicílio da licitante.

6.2.3.3. Fazenda Municipal:

- a) Certidão Negativa de Débito do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, emitida pela Secretaria Municipal de Fazenda da cidade da licitante,
- b) Certidão Negativa no Cadastro de Débitos Inscritos em Dívida Ativa do município, emitida pela Procuradoria Geral do Município da cidade da licitante;
- c) Prova de Regularidade na Secretaria Municipal de Fazenda, perante a Divisão ou Coordenadoria do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Situação Fiscal e Enfitêutica, referente ao imóvel da sede ou domicílio da licitante.

6.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação fiscal regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei, através da apresentação das certidões negativas de débito.

6.3. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

6.3.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação mediante a apresentação de:

6.3.1.1. Apresentação de 2 (dois) ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado para comprovação de aptidão para prestação de serviço e fornecimento dos bens em quantidades e prazos compatíveis com os objetos desta licitação, visando atestar capacitação para desenvolvimento de sistemas de gestão, produção e distribuição de produtos gráficos de segurança e cartões de identificação com elementos de segurança.

6.3.1.2. Declaração da empresa licitante, devidamente assinada por seu representante legal, com relação de posse de todos os equipamentos pertinentes a produção do objeto e prestação de serviços, mão-de-obra sistêmica no formato CLT e infraestrutura.

6.3.1.3. A empresa a ser contratada deverá estar certificada de acordo com a Norma Brasileira da NBR 15540/2013, bem como

atender as demais exigências de segurança e sigilo contidas no presente projeto, face às especificidades do objeto da contratação.

6.3.1.4. Comprovar a obrigação estabelecida no artigo 93 da Lei federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e do artigo 36 do decreto federal nº 3.298 de 20 de Dezembro de 1999 que diz respeito aos beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência.

6.4. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á:

6.4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

6.4.1.1. Na participação de micro empresas e empresas de pequeno porte, que são optantes pelo simples, na ausência do Balanço Patrimonial do Último Exercício, deverão apresentar a Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica do Exercício de 2012, conforme artigo 31, da Instrução Normativa 355, de 29/08/2003.

6.4.2. Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. As datas de expedições destas certidões não deverão ser superiores a 30 (trinta) dias consecutivos retroativos a data de abertura da proposta de preço. A licitante deverá apresentar documento emitido pelo Poder Judiciário Local, indicando todos os Ofícios Distribuidores que são responsáveis pelo registro de pedidos de falência e concordata.

6.5. Deverá ser apresentada declaração de que a empresa se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal e Decreto 42.911, de 06.03.98, nos termos do Anexo III, acompanhada de Certidão Negativa de Débitos Salariais emitida pelo Ministério do Trabalho e dentro do prazo de validade.

a) Certidão Negativa expedida pela secretaria competente, da sede e/ou domicílio da licitante, da Defesa do Consumidor.

b) Declaração de inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de Habilitação, na forma do § 2º, art. 32, da Lei nº 8.666/93.

- c) Atestado de Idoneidade Financeira passado por, no mínimo, 02 (dois) estabelecimentos bancários localizados na cidade sede da empresa, expedida com data não superior a 90 (noventa) dias da data de publicação do edital.

## **7 - IMPORTANTE**

- 7.1. As licitantes deverão obedecer a Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, que se trata da retenção de Tributos Federais.
- 7.2. As pessoas físicas e empresas individuais (com Cadastro de Pessoa Física - CPF) estarão sujeitas a retenção de INSS (Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999) e Imposto de Renda (legislação vigente).
- 7.3. Quando for o caso, será aplicada a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
  - 7.3.1. As licitantes optantes do SIMPLES NACIONAL deverão apresentar no ato do credenciamento a comprovação da opção da empresa, sob pena de não ser levada em conta essa condição durante a condução do Pregão.
- 7.4. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da Imprensa Oficial (artigo 32, da Lei 8666/93).
- 7.5. As licitantes que apresentarem documentação em desacordo com quaisquer exigências do Edital e seus Anexos, e/ou em desacordo com a veracidade dos fatos, serão consideradas inabilitadas. Quando aplicado o item 11, se o licitante não sanar as falhas no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, será considerado inabilitado.
- 7.6. O Conselho Federal de Odontologia reserva-se no direito de diligenciar, a qualquer tempo, durante o processo licitatório, no sentido de constatar a veracidade das informações prestadas e avaliar as reais condições para a realização do objeto desta licitação, dentro das exigências previstas neste Edital, com o que desde já concorda a proponente.

## **8 - DAS CONDIÇÕES GERAIS A SEREM ATENDIDAS**

A adjudicatária deverá:

- 8.1. Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação do objeto desta Licitação, inclusive materiais, mão-de-obra, locomoção, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, comerciais e



outras decorrentes do fornecimento do objeto, sem qualquer relação de solidariedade ou subsidiariedade com a Contratante.

## **9 - DOS PROCEDIMENTOS DO PREGOEIRO**

- 9.1 Após a abertura da sessão pública, o Pregoeiro realizará o credenciamento dos interessados.
- 9.2 Encerrada a fase de credenciamento o Pregoeiro receberá os envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” e “DOCUMENTAÇÃO” devidamente lacrados e identificados pelos interessados credenciados. Em seguida fará a abertura dos envelopes da Proposta (envelope nº 1).
- 9.3 Será classificada como possível vencedora, a LICITANTE que oferecer o **MENOR PREÇO POR UNIDADE**.

## **10 - DA FORMA DE PAGAMENTO E ENTREGA**

- 10.1 Os recursos e as penalidades para a presente licitação serão aqueles estatuídos na Lei nº 10.520/2002 e decretos regulamentadores, bem como na Lei 8.666/93.
- 10.2 O pagamento em favor do Fornecedor Registrado será realizado por meio de ordem bancária até o 10º (décimo) dia útil após a entrega do documento de cobrança a administração do Conselho Federal de Odontologia e o atesto da nota fiscal pelo Executor da Ata de Registro de Preços.
  - 10.2.1. O CFO INFORMA QUE SOB HIPÓTESE ALGUMA ADMITIRÁ NEGOCIAÇÃO DA(S) DUPLICATA(S) COM TERCEIRO(S).
- 10.3 Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a prova de quitação das obrigações previdenciárias e do FGTS, desde o último período já comprovado, até o período do referido pagamento, o qual, nesta hipótese, somente será liberado após a respectiva comprovação.
  - 10.3.1. A suspensão do pagamento por inobservância das obrigações constantes no presente Edital por parte da CONTRATADA, não caracteriza inadimplência do CFO.

## **11 - DOS RECURSOS**

- 11.1. Os recursos previstos para atender a presente despesa onerarão a dotação nº 6.2.2.1.1.01.04.04.002.014 do orçamento deste Conselho Federal de Odontologia

- 11.2. Uma vez declarada a vencedora, qualquer LICITANTE poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando as demais LICITANTES desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, salvo os casos em que o recorrente apresentar o recurso antes do término do prazo, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.3. A falta de manifestação imediata e motivada da LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela CPL à vencedora.

## **12 - DAS PENALIDADES**

- 12.1. Caso a CONTRATADA, por sua exclusiva culpa, venha a inadimplir parcial ou totalmente qualquer exigência deste Edital, será penalizada de acordo com o previsto em contrato e ficará sujeita também a:
- a) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CFO, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na forma do disposto no artigo 14, do Decreto Lei nº 3.555/2000.

## **13 – DA VIGÊNCIA DA GARANTIA**

A duração da garantia do(s) objeto(s) com a licitante vencedora será de no mínimo 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação, em conformidade com o inciso II, artigo 57, da Lei nº. 8.666/93.

## **14**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 14.1. O Pregoeiro se reserva no direito de tomar todas as decisões necessárias - a seu critério - para verificar e esclarecer a comprovação das informações constantes nos envelopes nº 1 e nº 2 que forem apresentados, sempre visando o pleno alcance do interesse público.
- 14.2. A apresentação da proposta deverá mencionar que a licitante:
- a) Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e seus anexos, que os comparou entre si e obteve do CFO as informações necessárias, antes de apresentá-la; e,
- b) Conhece todas as especificações e condições de execução/fornecimento do objeto do Edital e Anexos.

- 14.3. A critério do CFO, esta licitação poderá ser:
- a) Anulada, se houver ilegalidade; e,
  - b) Revogada, a juízo do CFO, se for considerada inoportuna ou afronte o interesse público.
- 14.4. Ao Pregoeiro do CFO fica reservado o direito de desclassificar as propostas que não atenderem as exigências contidas neste Edital, sempre primando pelo interesse público.
- 14.5. É facultado ao Pregoeiro a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 14.6. Na apresentação de quaisquer documentos que não esteja(m) redigido(s) em língua portuguesa, os licitantes deverão apresentar este(s) documento(s) traduzido (s) por tradutor público juramentado, sendo dispensada a sua autenticação por consulados estrangeiro, caso a mesma seja elaborada no Brasil.
- 14.7. A licitante deverá obrigatoriamente comprovar através de seu estatuto, ou contrato social sua aptidão ao fornecimento do objeto da presente licitação. Não serão aceitos quaisquer tipos de comprovação que não seja a mencionada em contrato social ou estatuto, devidamente registrado na Junta Comercial de domicílio/sede da licitante.
- 14.8. No caso de Estados e Municípios da Federação onde comprovadamente não sejam emitidas certidões referentes à Dívida Ativa Estadual e Municipal, deverá a licitante declarar expressamente nos termos da Lei, que está regular junto ao Fisco no âmbito Estadual e Municipal e que a unidade da Federação onde está domiciliada não emite tais declarações; responsabilizando-se mediante o exposto assumir quaisquer responsabilidades pela veracidade do conteúdo declarado.
- 14.9. Os atestados de capacidade técnica devem ser compatíveis com o objeto da presente licitação, com objetivo único de comprovação da capacidade da licitante na produção e fornecimentos dos produtos e serviços descritos no ANEXO V deste edital.
- 14.10. Na hipótese do LICITANTE pretender executar o objeto do certame de forma a escolher o estabelecimento (matriz/sede e/ou filial), deverá apresentar no ato da licitação os documentos referentes a opção desejada. Desta forma, se o CFO for atendido pela matriz da licitante, todos os documentos apresentados deverão ser pertinentes a matriz da mesma. Esta exigência também se refere ao caso de filiais.

14.11. As certidões apresentadas cujo prazo de validade esteja expirado acarretarão a inabilitação do **LICITANTE**. As certidões, atestados e declarações que não possuírem prazo de validade somente serão aceitos se as datas de emissão não excederem a 30 (dias) dias de antecedência da data prevista para a realização (abertura dos envelopes de habilitação e proposta) da sessão pública.

14.12. Será considerada aceitável a proposta que:

- a) Atender a todos os termos deste **EDITAL** e seus **ANEXOS**.
- b) Contiver preço compatível com os praticados no mercado, com os custos estimados para a execução do objeto e com as disponibilidades orçamentárias do CFO. Constatada a existência de proposta(s) manifestamente inexecutável(eis), esta(s) será(ão) desclassificada(s) pelo Pregoeiro, ficando o(s) respectivo(s) **LICITANTE**(s) impedidos de participar da etapa de lances verbais.
- c) A proposta de preço apresentada neste edital deve consignar expressamente o percentual de desconto ofertado, incluídos todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos (inclusive tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições parafiscais, transporte, seguro, insumos), além de quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Licitação.

14.13. Estará impedida de participar deste Pregão a **LICITANTE** que:

- a) Estiver sob decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação.
- b) Tenha tido suspenso o direito de participar de licitações e contratações com a administração pública direta e indireta.
- c) Possuir entre seus dirigentes, empregados ou administradores do Conselho Federal de Odontologia.
- d) Possuir em seu Contrato Social ou Estatuto finalidade ou objetivo incompatível com o objeto deste Pregão.
- e) Estiver organizado sob a forma de consórcio.

14.14. - A licitante declara, sob as penas da lei, de que não contratará durante a vigência da avença decorrente deste certame, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até 3º grau, de ocupantes de cargo de direção e do Setor de Compras da Autarquia.

## **15 - ESCLARECIMENTOS**

- 15.1. Os pedidos de esclarecimentos, relativos a presente licitação, deverão ser efetuados por escrito ao CFO, ao prazo de acordo com a Lei 8666/1993, aos cuidados do pregoeiro, na Av. Nilo Peçanha, 50 - Conj. 2316 - Centro - Rio de Janeiro (RJ), pelo e-mail secos@cfo.org.br ou pelo Fax 21 - 2122-2251.
- 15.2. O CFO não responderá às perguntas formuladas em desacordo com o disposto no item anterior.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2014.

**AILTON DIOGO MORILHAS RODRIGUES**  
**PRESIDENTE DO CFO**

## ANEXO I

### DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(*nome* \_\_\_\_\_ *da* \_\_\_\_\_ *empresa*), CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada (*endereço completo*), declara sob as penas da Lei Federal nº 10.520/02, conhecer e aceitar as condições constantes deste Pregão Presencial nº 001/2014 e seus Anexos, e que cumpre plenamente os requisitos necessários de habilitação exigidos no mesmo.

(*domicílio do licitante*), aos \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

\_\_\_\_\_  
*representante legal*

**OBS.:** ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER ENTREGUE AO PREGOEIRO, FORA DOS ENVELOPES, NO ATO DA ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO - CREDENCIAMENTO.

## ANEXO II

### MODELO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento, a empresa (*nome* \_\_\_\_\_ *da* \_\_\_\_\_ *empresa*), CNPJ MF. \_\_\_\_\_, endereço (*endereço* \_\_\_\_\_ *completo*), por seu(s) representante(s) legal(is) abaixo assinado(s), nomeia e constitui o Sr. (*nome* \_\_\_\_\_ *completo*), cargo \_\_\_\_\_; inscrito no CPF sob o nº 000.000.000/00, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em (*endereço* \_\_\_\_\_ *completo*), com endereço comercial na (*endereço* \_\_\_\_\_ *completo*), ao qual OUTORGA AMPLOS PODERES para representá-la em todos os atos inerentes ao PREGÃO PRESENCIAL nº001/2014 desse Conselho Federal de Odontologia - CFO, podendo, formular lances, complementar proposta, interpor recursos ou ressalvas, renunciar à interposição de recursos, acordar, transigir, desistir e receber avisos e intimações, assinar declarações, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste instrumento.

(*domicílio do licitante*), aos \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

\_\_\_\_\_  
*representante(s) legal(is) com carimbo da licitante*

#### OBS.:

1. ANEXAR A ESSA DECLARAÇÃO O INSTRUMENTO DE OUTORGA - PROCURAÇÃO, CONTRATO SOCIAL OU OUTROS LEGAIS PARA COMPROVAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL.
2. ESTA PROCURAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE AO PREGOEIRO, FORA DOS ENVELOPES, NO ATO DE ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO - CREDENCIAMENTO.

### ANEXO III

#### MODELO DE DECLARAÇÃO

Eu (*nome* \_\_\_\_\_ *completo*), representante legal da empresa (*nome da pessoa jurídica*), interessada em participar na Concorrência CFO nº 001/2014 declaro, sob as penas da Lei, que, nos termos do artigo 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93 a (*nome da pessoa jurídica*) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

---

*representante(s) legal(is) com carimbo da licitante*





CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

**ANEXO IV**  
**MEMORIAL DESCRITIVO**  
**MODELO DE PROPOSTA**

LOTE	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNITÁRIO
01	20.000	<b>Emissão de Cartão de Identificação, incluindo o serviço de fornecimento e controle de produção de cartões em policarbonato e Protocolos de Entrega em papéis de segurança, sistema para captação e tráfego criptografado de dados biográficos e biométricos, processo de impressão laser dos dados variáveis dos profissionais de odontologia em conformidade com as quantidades e especificações contidas no ANEXO V – TERMO DE REFERENCIA.</b>	

Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias

Dados Bancários: Banco \_\_\_\_\_ n° \_\_\_\_\_  
Agência \_\_\_\_\_ n° \_\_\_\_\_  
Conta Corrente n° \_\_\_\_\_

Responsável para contato: \_\_\_\_\_

Telefone para contato: \_\_\_\_\_

Declaro que nos preços ora propostos, estão incluídos todos os custos que se fizerem indispensáveis à perfeita prestação dos serviços, objeto desta proposta.

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

Local e data  
Assinatura e carimbo  
(representante legal da empresa)

## **ANEXO V**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. OBJETO**

1.1 Constitui o objeto do presente projeto base à contratação de empresa especializada em prestação de serviços para a emissão de Cartão de Identificação, incluindo o serviço de fornecimento e controle de produção de cartões em policarbonato e Protocolos de Entrega em papéis de segurança, sistema para captação e tráfego criptografado de dados biográficos e biométricos, processo de impressão laser dos dados variáveis dos profissionais de odontologia em conformidade com as quantidades e especificações contidas neste projeto.

#### **2. QUANTIDADE**

2.1 Quantidade estimada 20.000 (vinte mil) cartões/ano

#### **3. OBEJETIVO**

3.1 Contratação de empresa com comprovada especialidade para o fornecimento de solução completa de emissão de cartões de identificação com chip PKI devidamente licenciado e homologado para gravação de certificados de atributos e/ou certificados digitais, em sistema de ambiente seguro para fluxo de dados biográficos e biométricos, incluindo integração com sistema de dados do CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA.

3.2 A quantidade esta estimada considerando os registros atuais, revisões, transferências, segundas vias e também com base no crescimento da atividade em todo o território nacional.

#### **4. SISTEMA DE PEDIDOS**

4.1 Será fornecida solução de fluxo de emissão de cartões, no qual terá como objetivo oferecer segurança das informações, controlar e identificar os processos com rastreabilidade e agilidade.

4.2 A solução contempla captura dos dados biográficos e biométricos, integração com o sistema de gerenciamento de cadastro do CFO, fluxo de produção e impressão laser dos cartões policarbonato.

4.3 O rastreamento dos pedidos dos cartões permitirá a identificação do fluxo de emissão de cartões por meio de apontamentos realizados, via centralização do banco de dados, proporcionando integridade e acesso as informações de qualquer lugar de acordo com o perfil de acesso de cada usuário.

- 4.4 O sistema deverá ser desenvolvido em plataforma web com ambiente seguro, seguindo a norma IETF/RFC 5246/6101, garantindo de forma segura que todo o fluxo de processos seja realizado em servidores da CONTRATADA.
- 4.5 O CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA atuará como gestor da ferramenta e poderá monitorar a emissão de cartões, bem como, criar e parametrizar a quantidade de usuários e suas respectivas permissões de acesso, relatórios para gerenciar o processo de distribuição e utilização dos cartões.
- 4.6 Caberá à CONTRATADA a recepção de dados, processamento e expedição dos cartões solicitados.
- 4.7 Caberá aos CONSELHOS REGIONAIS DE ODONTOLOGIA – CRO apontar o recebimento dos cartões no sistema de gerenciamento para possibilitar a rastreabilidade final do processo.
- 4.8 A CONTRATADA fornecerá login e senha a cada usuário do sistema, considerando regras de acesso específicas a cada perfil, a ser determinado pela CONTRATANTE.

## **5. FLUXO**

- 5.1 O cadastramento dos dados biográficos será realizado pelo usuário da CONTRATANTE ou profissional requisitante em sistema disponibilizado em plataforma web, ao qual um *documento de requerimento* será emitido em formato impresso com identificador em código de barras, cuja regra será definida entre CONTRATADA E CONTRATANTE.
- 5.2 O requerente deverá inserir fotografia em formato 3x4 e assinar em local pré-determinado o documento de requisição e entrega-lo pessoalmente ao CONTRATANTE para coleta seca da biometria in loco.
- 5.3 O usuário da CONTRATANTE digitalizará o documento de requerimento com scanner próprio, com resolução mínima de 600 dpi's.
- 5.4 A CONTRATADA disponibilizará aplicação nos pontos de digitalização que deverá realizar todo o fluxo do funcionamento de acordo com a norma RFC citada anteriormente, podendo utilizar de recursos locais para integração com os hardwares de scanner.
- 5.5 A aplicação deverá identificar por meio do código de barras do documento digitalizado e indexar as imagens (fotografia, assinatura e biometria), associando as informações pré-cadastradas no sistema.
- 5.6 Realizada a digitalização e de posse de todo o requerimento corretamente preenchido, deverá este ser denominado e encaminhado como requisição de personalização para integração do sistema do CONTRATANTE, que terá por responsabilidade confirmar a

veracidade das informações e coleta de informações adicionais para a personalização dos cartões de identificação e dos protocolos de entrega.

5.7 A CONTRATANTE deverá então enviar a rejeição ou confirmação da requisição de personalização com todas as informações necessárias para a personalização do cartão que será, a partir de então, de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

5.8 Em caso de rejeição, a requisição de personalização deverá ser reenviada pelo sistema da CONTRATADA com dados atualizados pelo usuário da CONTRATANTE.

5.9 Os cartões serão impressos e fixados em protocolos de entrega em papéis de segurança personalizado conforme dados variáveis do cartão, inseridos em envelopes janelados, dispostos em lotes separados por ordem alfabética, acondicionados em caixa de papelão ordenadas por cada Regional;

5.10 Todos os cartões personalizados até o dia 24 serão faturados e expedidos no dia 25 de cada mês para efetivação de entrega em até 5 dias para cada regional.

5.11 Deverá ser informado o nome de ao menos duas pessoas responsáveis pelo recebimento dos cartões.

5.12 A entrega irá ocorrer por responsabilidade da empresa CONTRATADA e o recebimento será realizado por umas das pessoas informadas no pedido, responsáveis pelo recebimento, ao qual deverá ser informado via sistema para registro de acompanhamento.

## **6. SUPORTE TÉCNICO**

6.1 A manutenção seguirá as seguintes regras e fluxo de processo:

6.1.1 A cada ocorrência / evento / identificação de desvio do trabalho normal do sistema de cadastramento, o funcionário responsável entrará em contato com o suporte técnico fornecido pela contratada a fim de tentar solucionar o desvio por telefone, o que deverá ocorrer em no máximo 4 (quatro) horas após a abertura do chamado, desde que o chamado seja aberto em dia útil, até às 13h.

6.1.2 A contratada deve manter central de atendimento de suporte técnico baseando-se nas melhores práticas de ITIL (Information Technology Infrastructure Library) de segunda a sexta-feira das 08h às 18h, exceto sábados, domingos e feriados nacionais.

## **7. TREINAMENTO**

7.1 A CONTRATADA deverá ministrar um treinamento após a implantação do sistema visando habilitá-los para utilização;

7.2 Local do treinamento a ser definido pelo CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA;

7.3 Quantidade: Mínimo de 02 (dois) funcionários por Regional;

7.4 Conteúdo do treinamento: Captação e Transmissão dos dados;

7.5 Todas as despesas decorrentes do treinamento dos técnicos usuários do sistema como: local, deslocamento, estadia, instalações devidamente equipadas, recursos audiovisuais, de acordo com a necessidade da CONTRATADA e da disponibilidade da CONTRATANTE, correrão por conta da CONTRATANTE;

7.6 As demais despesas como, material de apoio, deslocamento e estadia dos instrutores da contratada até o local do treinamento correrão por conta da CONTRATADA.

## **8. ESPECIFICAÇÕES GERAIS DO CARTÃO**

8.1 A solução que compõe a identificação deverá conter um agregado de itens que permitam a melhor utilização e maximização dos recursos da carteira de identidade do CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA, possibilitando transporte de Certificado de Atributos e/ou Certificado Digital, considerando os itens abaixo e arte a ser desenvolvida pela CONTRADA para aprovação da CONTRANTE.

8.2 Cartão para Identificação em policarbonato com chip micro-processado;

8.3 Software provedor de Criptografia para aplicações de Infraestrutura de Chaves Públicas, com suporte para Certificados de Atributos.

8.4 Software de captura de dados biométricos;

8.5 Sistema de gerenciamento e controle de todo o processo;

8.6 Smart cards com circuitos integrados embutidos com contatos para dispositivos externos, devendo ser homologado pelo ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação);

## **9. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO CARTÃO**

9.1 Produto: Cartões em Policarbonato de 0,82 mm (Cartões com chip);

9.2 Dimensões: Largura: 85,6 mm X Altura: 54,0 mm X Espessura: 0,82 mm;

9.3 Impressão: Off-set e serigrafia frente e Verso, conforme ISO7816

- 9.4 Layout: Arte será desenvolvida pela CONTRATADA para aprovação da CONTRATANTE, seguindo as características informadas no presente Termo de Referência;
- 9.5 Fundo artístico de segurança composto de desenho exclusivo envolvendo elementos decorativos e elementos gráficos de segurança integrados;
- 9.6 Micro-letras positivas formando uma linha visível somente com o uso de lentes especiais, devendo integrar “falha técnica” proposital;
- 9.7 Imagem de fundo integrada de forma harmoniosa com a área destinada à impressão da foto e impressão digital.
- 9.8 Imagem de relevo (relevo tátil);
- 9.9 Impressão de tinta de segurança OVI, tinta opticamente variável conforme ângulo de visão;
- 9.10 Impressão com tinta especial invisível reativa à exposição de luz ultra violeta;
- 9.11 Impressão com tinta IR (infra red) reativa à luz infravermelha;
- 9.12 Chip de contato, com memória EEPROM de 82 Kbytes;
- 9.13 Personalização: Processo de Gravação a laser na frente e verso do cartão dos dados biográficos e biométricos

## **10. O POLICARBONATO**

- 10.1 O cartão para identificação é laminado com diversas camadas de policarbonato e, sob pressão e alta temperatura, formam um único e consistente material:
- 10.2 Resistente a altas temperaturas;
- 10.3 Alta resistência a stress mecânico, químico e umidade;
- 10.4 Vida útil de até 10 anos;
- 10.5 Acabamento fosco ou brilhante;
- 10.6 Material mais adequado para fabricação de documentos para identificação, utilizada amplamente pelo mundo.

## **11. PERSONALIZAÇÃO DE CARTÃO: IMPRESSÃO LASER**

- 11.1 Processo de gravação a laser, frente e verso. Tal técnica impossibilita a remoção por solventes químicos, mas tão somente por ação de agentes físicos, por meio de raspagem profunda, o que dificulta e torna mais facilmente perceptíveis as tentativas de adulteração e de reprodução do documento. Não será aceito termo impressão ou termo transferência por se tratar de fácil remoção, incompatível com o nível de segurança que é necessário para um documento de identificação;
- 11.2 Gravação dos dados variáveis, a laser, nas diversas camadas de policarbonato até a camada central do corpo do cartão (núcleo);
- 11.3 Personalização de elementos gráficos, fotografias e assinaturas. Gravação de foto e da assinatura a laser, em todas as camadas até a camada central do corpo do cartão (núcleo).

## **12. O CHIP MICRO PROCESSADO**

- 12.1 O cartão com chip micro processado para identificação é um meio de armazenamento seguro e com excelentes características e alta segurança dos dados, particularmente contra fraudes e alterações. Por esses motivos, é a solução segura para identificação, permitindo o armazenamento de diversas aplicações em um único cartão, completamente separadas umas das outras, com diferentes níveis de segurança, seguindo as diversas aplicações: dados pessoais, impressões digitais, fotos, assinatura digital, entre outros.
- 12.2 Proposta principal da utilização de PKI na carteira de identidade profissional:
  - 12.2.1 Autenticação: significa provar a identidade de uma pessoa física ou jurídica.
  - 12.2.2 Privacidade: garantir que somente pessoas autorizadas possam ler as informações.
  - 12.2.3 Autorização: definição das permissões relacionadas às entidades ou indivíduos.
  - 12.2.4 Integridade dos dados: detectar imediatamente alterações não autorizadas.
  - 12.2.5 Não repúdio: criar prova incontestável da transação
  - 12.2.6 Suporte legal: resoluções do Ministério da Defesa, ICP-Brasil.
  - 12.2.7 Segurança: permitir o armazenamento dos certificados digitais, suas chaves e no mínimo 4 certificados e 8 pares de chaves.

## **13. AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO CHIP DEVEM ATENDER AOS SEGUINTE REQUISITOS MÍNIMOS:**

- 13.1 Memória EEPROM de 82 Kbytes

- 13.2 Compatibilidade com as normas ISO/IEC 7816
- 13.3 Mensagem segura - Troca segura de comandos e de respostas entre o cartão e o terminal, de forma encriptada;
- 13.4 Arquivos de Sistemas Hierárquicos;
- 13.5 Estado de Máquina (state machine): Característica do sistema operacional para execução de determinadas funções;
- 13.6 Suporte a no mínimo 4 canais lógicos: Permite que mais de um programa acesse o software concorrentemente;
- 13.7 Avançada segurança de hardware;
- 13.8 Implementação de diversos controles de acesso – Permite a criação de senhas para cada função a ser implementada;
- 13.9 Criptografia de dados com chaves assimétricas;
- 13.10 Suporte a algoritmos de criptografia simétricos DES, 3DES;
- 13.11 Remoção de arquivos (EF) e aplicações (DF);
- 13.12 Compatível com os certificados emitidos pela ICP-BRASIL V.2 (chave criptográfica de 2048 bits e algoritmo criptográfico de sha – 256 e sha – 512)
- 13.13 Os chips devem ser homologados pelo ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação);

#### **14. SOFTWARE PROVEDOR DE CRIPTOGRAFIA PARA APLICAÇÕES DE INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS**

- 14.1 O CSP (Cryptographic Service Provider) é um módulo de software que funciona de forma independente e age como uma interface entre a camada de segurança e o sistema de armazenamento de chaves.
- 14.2 Software Provedor de Serviços de Criptografia (CSP) para integração em aplicações suportando Microsoft Crypto API, incluindo Microsoft Internet Explorer, PKCS#11, Outlook Express e Outlook.
- 14.3 Características mínimas:
  - 14.3.1 Biblioteca PKCS#11 que:
    - 14.3.1.1 Possibilite integração com aplicações suportando PKCS#11 (incluindo Netscape communicator e Mozilla);



14.3.1.2 Possibilite a leitura (sem necessidade de introdução de PIN/PUK) de certificados de atributo armazenados no cartão sob a forma de objetos PKCS#11 do tipo CKC\_X\_509\_ATTR\_CERT;

14.3.1.3 Possibilite a importação (sem necessidade de introdução de PIN/PUK) de certificados de atributo para o cartão, armazenando-os sob a forma de objetos PKCS#11 do tipo CKC\_X\_509\_ATTR\_CERT;

14.3.2 Suporte para importação de arquivos PKCS#12;

14.3.3 Suporte PKCS#15;

14.3.4 Suporte PKCS # 8 (secure key wrap/unwrap);

14.3.5 Suporte: Windows XP, Vista, Windows 7, Windows Server 2008, MacOS 10.8;

14.3.6 Documentação do administrador e usuário final;

14.3.7 Procedimentos de instalação para os componentes do CSP inclui PKCS #11, CSP, Token Utilities;

14.3.8 Aplicativo gráfico que:

14.3.8.1 Suporte a importação para o cartão de certificados de atributos a partir de arquivos em formato DER ou PEM;

14.3.8.2 Permita a consulta dos detalhes dos certificados de atributo armazenados no cartão, possibilitando a visualização de (pelo menos): identificação do titular, identificação do emissor, lista e valores dos atributos contidos, lista e valores das extensões contidas;

14.3.8.3 Permita a sincronização de certificados de atributo com um servidor central homologado pelo fabricante do CSP, embarcando automaticamente novos certificados de atributos no cartão;

14.3.8.4 Permita a validação do estado de revogação dos certificados de atributo embarcados no cartão, através da comunicação com um servidor central homologado pelo fabricante do CSP;

## **15. DESCRIÇÃO TÉCNICA DOS PROTOCOLOS DE SEGURANÇA**

15.1 Papel: Papel filigranado (marca d'água) exclusivo e personalizado da CONTRATADA, conhecido como papel moeda; Gramatura de 94g/m<sup>2</sup>. (+ / - 5%), contendo fibras visíveis e invisíveis a olho nú, reativas a interferência de luz ultra violeta;

15.2 Formato entrega: A4 (297 mm x 210 mm)

- 15.3 Impressão Calcografica com matriz cilíndrica (Talho Doce):
  - 15.3.1 Guilhocheria eletrônica negativa;
  - 15.3.2 Microtexto positivo e negativo;
  - 15.3.3 Uma cor de impressão com escala Pantone para referência.
- 15.4 Impressão Off- Set
  - 15.4.1 Fundo numismático personalizado, contemplando efeito íris;
  - 15.4.2 Tinta invisível de segurança reativa na cor verde quando exposta a interferência de luz ultravioleta com comprimento de onda de 366 nm (nanômetros).
  - 15.4.3 Escala Pantone como referência de cor.
- 15.5 Numeração de controle, com 6 (seis) dígitos;
- 15.6 Impressão laser para personalização dos dados variáveis dos profissionais portadores dos cartões de identificação;
- 15.7 Arte a ser desenvolvida pelo CONTRATADO para aprovação do CONTRATANTE;

## **16. CARACTERÍSTICAS DO ENVELOPE**

- 16.1 Envelope branco Janelado;
- 16.2 Substrato: offset 90gr;
- 16.3 Formato Aberto: 267, 4 x 261mm;
- 16.4 Formato Fechado: 231,4 x 114mm;
- 16.5 Janela: 140mm x 34,3mm (acetato);
- 16.6 Goma na aba

## **17. EMBALAGEM**

- 17.1 Os envelopes contendo as carteiras e os devidos protocolos de entrega deverão ser dispostos em lotes separados por ordem alfabética, acondicionados em caixa de papelão ordenadas por cada Regional e adequada ao transporte de segurança, devidamente lacradas e identificadas.
- 17.2 Capacidade para armazenar, sem que haja qualquer folga que permita avaria nos produtos durante o transporte.
- 17.3 Rótulos afixados nas laterais da caixa, com o nome do produto, além da quantidade de cada produto por caixa e identificação da Regional destinatária.

## **18. PRAZOS**

- 18.1 O prazo para a primeira implantação do sistema é de até 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura de contrato.
- 18.2 A vigência do contrato é de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação, em conformidade com o inciso II, artigo 57, da Lei nº. 8.666/93.

## **19. LOCAL DE ENTREGA**

- 19.1 Os materiais deverão ser entregues na sede de cada CONSELHO REGIONAL, de acordo com as demandas mensais.

## **20. FATURAMENTO E PAGAMENTO**

- 20.1 O faturamento será realizado de acordo com a demanda realizada no mês.
- 20.2 O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias do ateste de recebimento.

## **21. DISPOSIÇÕES OBRIGATORIAS PARA FORNECIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO**

- 21.1 A licitante deverá considerar para fins de composição do preço tudo o que se fizer necessário para prestação de serviço técnico de desenvolvimento de sistema de segurança e controle de documentos oficiais.
- 21.2 Deverão ser utilizados materiais de primeira qualidade, portanto não serão aceitos produtos que contenham impurezas e apresentem defeitos de fabricação.
- 21.3 Os materiais deverão ser embalados de forma adequada para garantir entregas em perfeitas condições, de maneira a facilitar o seu manuseio. As embalagens não poderão ser entregues amassadas ou com sinais que evidenciem que foram molhados.
- 21.4 Não serão aceitos, sob quaisquer pretextos, produtos e serviços que não atendam aos requisitos pré-estabelecidos. Assim as empresas deverão estar cientes das especificações de seus produtos e serviços.
- 21.5 Não subcontratar, terceirizar os serviços, ceder ou transferir totais as obrigações assumidas neste instrumento, sendo a única responsável pelo fluxo de emissão dos Cartões de Identificação Funcional.

## **22. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 22.1 Apresentação de 2 (dois) ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado para comprovação de aptidão para prestação de serviço e fornecimento dos bens em quantidades e prazos compatíveis com os objetos desta

licitação, visando atestar capacitação para desenvolvimento de sistemas de gestão, produção e distribuição de produtos gráficos e cartões de identificação com elementos de segurança.

- 22.2 Declaração da empresa licitante, devidamente assinada por seu representante legal, com relação de posse de todos os equipamentos pertinentes a produção do objeto e prestação de serviços, mão-de-obra sistêmica no formato CLT e infraestrutura.
- 22.3 A empresa a ser contratada deverá estar certificada de acordo com a Norma Brasileira da NBR 15540/2013, bem como atender as demais exigências de segurança e sigilo contidas no presente projeto, face às especificidades do objeto da contratação.
- 22.4 Comprovar a obrigação estabelecida no artigo 93 da Lei federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e do artigo 36 do decreto federal nº 3.298 de 20 de Dezembro de 1999 que diz respeito aos beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência.
- 22.5 Como requisitos mínimos de segurança da informação/tecnológica a empresa deve comprovar expertise em desenvolvimento de produtos na plataforma Microsoft através do certificado Certified Partner, com competência hosting Silver ou Gold Partner

**OBS.:** QUAISQUER DÚVIDAS, FAVOR ENTRAR EM CONTATO PELO FONE: (021) 2122-2200 - SETOR DE LICITAÇÃO.

*O Conselho Federal de Odontologia é uma Autarquia Federal, instituída pela Lei nº 4324, de 14/04/1964, regulada pelo Decreto nº 68704, de 03/06/1971, com autonomia administrativa e financeira e que não depende de recursos federais, tendo como norma pagar pontualmente seus compromissos, dentro dos prazos devidamente estabelecidos.*